



INFORMATIVO 26ª EDIÇÃO

DIREITOS HUMANOS, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E APOIO COMUNITÁRIO

Supremo Tribunal Federal

Ministro Alexandre de Moraes assegura a entes públicos legitimidade para propor ação por improbidade

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar para definir que, além do Ministério Público, as pessoas jurídicas interessadas têm legitimidade para propor ação por ato de improbidade administrativa. A decisão foi tomada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7042 e 7043, ajuizadas, respectivamente, pela Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape) e pela Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe). A decisão será submetida a referendo do Plenário.

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=481960&ori=1>

Conselho Nacional do Ministério Público

CNMP e Instituto Igarapé celebram acordo visando ao controle externo da polícia penal e à redução da violência no sistema prisional

Com o objetivo de elaborar estudos e recomendações técnicas que visem a orientar o Ministério Público brasileiro no exercício do controle externo da polícia penal e na redução da violência na esfera do sistema prisional nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), e o Instituto Igarapé celebraram um acordo de cooperação técnica.

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/15008-cnmp-e-instituto-igarape-celebram-acordo-visando-ao-controle-externo-da-policia-penal-e-a-reducao-da-violencia-no-sistema-prisional>

Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP lança Boletim Informativo

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público, presidida pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., publicou a primeira edição de seu Boletim Informativo, que reúne informações sobre as atividades desenvolvidas pela comissão entre setembro e dezembro de 2021, como a realização de eventos, assinatura de acordo de cooperação técnica, participação de audiências públicas, realização de visitas técnicas nos Ministérios Públicos e divulgação de campanhas nas redes sociais ligadas à defesa dos direitos humanos.

<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/15019-comissao-de-defesa-dos-direitos-fundamentais-do-cnmp-lanca-boletim-informativo>

Câmara

Projeto prevê auxílio para jovens em processo de saída de serviços de acolhimento

O Projeto de Lei 3379/21 institui um programa de auxílio aos jovens em processo de desligamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes por terem atingido a maioridade. O programa prevê transferência de renda até os 21 anos e capacitação. O texto tramita na Câmara dos Deputados. A proposta é da deputada Marina Santos (PL-PI) e é voltada para os jovens com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e que não possuem meios de autossustento. O objetivo é promover a inclusão social deles.

<https://www.camara.leg.br/noticias/849250-projeto-preve-auxilio-para-jovens-em-processo-de-saida-de-servicos-de-acolhimento/>

Especialistas defendem política de proteção às vítimas

Um grupo de trabalho da Câmara realizou audiência pública com representantes do Poder Judiciário, da polícia e das vítimas sobre a proposta que institui o Estatuto da Vítima (PL 3890/20). Entre as inovações trazidas pelo estatuto está a definição de vítima e a definição de um tratamento diferenciado para ela durante e após o processo criminal. Pelo texto, entende-se como vítima qualquer pessoa que tenha sofrido danos ou ferimentos, especialmente lesões físicas ou psicológicas, danos emocionais ou danos econômicos causados diretamente pela prática de um crime ou calamidade pública.

<https://www.camara.leg.br/noticias/851073-especialistas-defendem-politica-de-protecao-as-vitimas/>

Comissão de Direitos Humanos recebe denúncias sobre o caso Moïse

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados enviou diligência ao Rio de Janeiro para acompanhar as investigações sobre o assassinato de Moïse Kabagambe. O presidente da comissão, deputado Carlos Veras (PT-PE), disse que a família do congolês e advogados apresentaram denúncias ao colegiado. “Nós tivemos, num primeiro momento, uma reunião com os familiares do Moïse, com a Ordem dos Advogados, onde ouvimos relatos e informações precisas sobre o caso, inclusive encontramos denúncias referentes às questões trabalhistas, às questões de segurança referentes à família e também à questão do processo”, disse.

<https://www.camara.leg.br/noticias/851054-comissao-de-direitos-humanos-recebe-denuncias-sobre-o-caso-moise/>

Projeto proíbe despejos até junho e estende a medida a imóveis rurais

O Projeto de Lei 4253/21 prorroga até 30 de junho de 2022 os efeitos da Lei 14.216/21, que proibia até o final do ano passado o despejo ou a desocupação de imóveis urbanos em razão da pandemia de Covid-19. Além disso, o texto em análise na Câmara dos Deputados estende a vedação aos imóveis rurais. “Os efeitos da crise sanitária, como o altíssimo desemprego e a precarização das condições de vida, seguem afetando a classe trabalhadora”, afirmam os autores da proposta, deputada Natália Bonavides (PT-RN) e outros 41 parlamentares, no documento que acompanha o projeto.

<https://www.camara.leg.br/noticias/850468-projeto-proibe-despejos-ate-junho-e-estende-a-medida-a-imoveis-rurais/>

Projeto acaba com cotas baseadas em cor ou raça nas universidades

O Projeto de Lei 4125/21 estabelece que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda. O texto, do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), está em análise na Câmara dos Deputados. A proposta altera a Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades (Lei 12.711/12) para proibir a “discriminação positiva para o ingresso nas instituições de ensino com base em cor, raça ou origem”.

<https://www.camara.leg.br/noticias/850137-projeto-acaba-com-cotas-baseadas-em-cor-ou-raca-nas-universidades/>

Ministro da Justiça manifesta apoio ao projeto que cria o Estatuto da Vítima

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, elogiou o projeto de lei que cria o Estatuto da Vítima (PL 3890/20) e disse que a iniciativa conta com o apoio do governo. Para ele, tem havido, nos últimos anos, inversão de valores no Brasil, com mais proteção aos criminosos do que às vítimas.

<https://www.camara.leg.br/noticias/851882-ministro-da-justica-manifesta-apoio-ao-projeto-que-cria-o-estatuto-da-vitima/>

Deputados aprovam proposta que atualiza o Código Penal Militar

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (2) o Projeto de Lei 9432/17, que atualiza o Código Penal Militar (CPM) com alterações em penas e tipificação de crimes. O texto, oriundo de trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, segue agora para análise do Senado.

<https://www.camara.leg.br/noticias/851740-deputados-aprovam-proposta-que-atualiza-o-codigo-penal-militar/>

Frente Parlamentar de Combate à Fome será lançada na próxima quarta-feira

Antes de assumir a condução das sessões da Câmara desta quarta-feira (16), o 1º vice-presidente da Casa, deputado Marcelo Ramos (PL-AM) anunciou a criação da Frente Parlamentar de Combate à Fome na próxima quarta-feira (23). “Moderado convicto, venho convocar a todos para uma guerra. Para ser vencida, essa guerra precisa das armas mais potentes que a humanidade já vislumbrou: amor ao próximo, solidariedade, espírito público. A guerra contra a fome não pode ser batalha de poucos: requer uma sociedade inteira, gestos de solidariedade das pessoas, das empresas, do mercado financeiro às mais de 20 milhões de pessoas que passam fome”, disse Ramos.

<https://www.camara.leg.br/noticias/851588-frente-parlamentar-de-combate-a-fome-sera-lancada-na-proxima-quarta-feira/>

Senado

Na pauta da CCJ, Lei do Esporte pune racismo e homofobia nos estádios

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP), incluiu o projeto da Lei Geral do Esporte (PLS 68/2017) na pauta da reunião de quarta-feira (23), às 10h. A proposta, que reúne diversas normas sobre o esporte em um único diploma legal, traz novidades como a punição a condutas racistas e homofóbicas nos estádios e ginásios esportivos. A proposta teve sua votação adiada em dezembro, após pedido de vista, e conta com parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/18/na-pauta-da-ccj-lei-do-esporte-pune-racismo-e-homofobia-nos-estadios>

Senado vai analisar alterações no Código Penal Militar

Instituído em 1969, o Código Penal Militar (CPM) precisa ser compatibilizado com a Constituição Federal, o Código Penal e a Lei de Crimes Hediondos. Para isso, a Câmara dos Deputados aprovou nessa quinta-feira (17) projeto de lei que atualiza esse regramento a partir de tipificações de crimes e alterações de penas. A matéria será analisada em breve pelos senadores. O PL 9.432/2017, oriundo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, foi aprovado na forma de substitutivo do deputado General Peternelli (PSL-SP). Em diversos pontos da matéria há a alteração do termo "Forças Armadas" para instituições militares.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/18/senado-vai-analisar-alteracoes-no-codigo-penal-militar>

Auxílio financeiro para vítimas de desastres naturais pode ser votado na CAS

A criação de um auxílio financeiro especial a vítimas de desastres como enchentes e rompimentos de barragens está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta terça-feira (15). O projeto (PL 1057/2019) é do senador Paulo Paim (PT-RS).
<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2022/02/auxilio-financeiro-para-vitimas-de-desastres-naturais-pode-ser-votado-na-cas>

Senado aprova criação do Programa Nacional de Habitação para Profissionais da Segurança Pública

O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (16), a criação do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, o Habite Seguro. O texto havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 9 de fevereiro e agora segue para sanção presidencial.
<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/senado-aprova-criacao-do-programa-nacional-de-habitacao-para-profissionais-da-seguranca-publica>

Paim defende fundo para enfrentar calamidades e tornar efetivo o Sistema Nacional de Defesa Civil

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a criação de um fundo nacional para enfrentar calamidades, como a que vitimou mais de 100 pessoas em Petrópolis (RJ) e a seca que assola o estado do Rio Grande do Sul. Em pronunciamento nesta quinta-feira (17), questionou se são cumpridas ou são suficientes as leis que criaram o Política Nacional de Proteção à Defesa Civil e o Sistema Nacional de Defesa Civil. Paim afirmou também que os diversos governos não têm sabido lidar com as calamidades e tragédias.
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/17/paim-defende-fundo-para-enfrentar-calamidades-e-tornar-efetivo-o-sistema-nacional-de-defesa-civil>

Política Nacional de Agricultura Familiar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou a inclusão da redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios da Política Nacional de Agricultura Familiar (PL 486/2019).
<https://www12.senado.leg.br/noticias/senado-agora/2022/02/17/politica-nacional-de-agricultura-familiar>

Conselho Nacional de Justiça

Medidas socioeducativas na PB serão reavaliadas em audiências concentradas

A reavaliação das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade de adolescentes em conflito com a lei na Paraíba passa a ocorrer por meio da metodologia de Audiências Concentradas, priorizados os princípios, métodos e técnicas da Justiça Restaurativa. As audiências serão realizadas, preferencialmente, nas unidades de internação e semiliberdade com a participação do juízo da execução e equipe interprofissional da unidade, além do Ministério Público, defesa técnica, pais ou responsáveis e instituições do Executivo municipal ou estadual.
<https://www.cnj.jus.br/medidas-socioeducativas-serao-reavaliadas-em-audiencias-concentradas-na-pb/>

Decisões sinalizam nova chance para ex-presos que não conseguem pagar multa

Decisões recentes de dois importantes tribunais brasileiros sinalizam uma mudança de entendimento da Justiça em relação às pessoas presas que cumpriram a pena de prisão, mas são impedidas de retomar a vida em sociedade porque não conseguem pagar a multa estipulada na condenação em complemento ao tempo de reclusão. No início de janeiro, um homem teve a sua punibilidade extinta pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) por não ter condições financeiras de quitar a dívida com a Justiça.
<https://www.cnj.jus.br/decisoes-sinalizam-nova-chance-para-ex-presos-que-nao-conseguem-pagar-multa/>

Crime contra criança de comunidade tradicional demanda perícia antropológica

O perfil dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes de comunidades tradicionais demandam uma perícia antropológica para que a Justiça possa compreender e julgar os casos, apesar das diferenças culturais. A realização de laudo antropológico é uma das diretrizes do “Manual prático de depoimento especial de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais”.
<https://www.cnj.jus.br/crime-contr-crianca-de-comunidade-tradicional-demanda-pericia-antropologica/>

Relatório apresenta ações para atendimento de pessoas em situação de rua

Com o aumento da desigualdade social, que acarreta diretamente na maior dificuldade para se ter acesso a direitos constitucionais básicos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou um trabalho inédito que incluiu desde entrevistas presenciais com pessoas em situação de rua para identificar suas demandas e necessidades até a promoção de cursos e mutirões de capacitação para o atendimento especializado desse público.
<https://www.cnj.jus.br/acesso-a-justica-relatorio-apresenta-aco-es-voltadas-ao-atendimento-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>

Direitos Humanos

Em fórum global, Guterres pede mais inclusão de pessoas com deficiência

A segunda Cúpula Global da Deficiência ocorreu esta semana em Oslo, na Noruega. Ela representa um esforço coletivo para acelerar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e garantir que a recuperação pós-pandemia seja inclusiva para pessoas com deficiência.
<https://brasil.un.org/pt-br/172500-em-forum-global-guterres-pede-mais-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia>

ONU no Brasil expressa solidariedade após cheias que mataram pelo menos 120 BR

As agências das Nações Unidas no Brasil expressaram solidariedade às vítimas das enchentes em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro. Em nota, o Sistema ONU no país diz acompanhar com preocupação e tristeza a situação. Segundo agências de notícias, pelo menos 120 pessoas morreram e mais de 110 estão desaparecidas. Fortes chuvas na terça-feira levaram a deslizamentos de terras e desabamentos de casas e construções, muitas em áreas de risco. As Nações Unidas no Brasil reafirmaram seu compromisso com o país e a população brasileira e manifestaram, ainda, sua disposição em apoiar as autoridades do país no trabalho de assistir as vítimas e suas famílias e nas ações necessárias para a reconstrução sustentável do município e de outras áreas afetadas assim como para o trabalho contínuo de redução de risco de desastres.

<https://news.un.org/pt/story/2022/02/1780212>

Governo Federal lança Agenda Brasil para Todos nesta segunda-feira (21)

Nesta segunda-feira (21), o presidente da República, Jair Bolsonaro, anuncia a Agenda Brasil Para Todos, às 17h, no Palácio do Planalto, juntamente com as ministras Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); e Flávia Arruda, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Na cerimônia, serão lançados o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos (SINDH), o Portal das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e a Escola Federativa. O SINDH é uma iniciativa do MMFDH que reúne todas as ações e serviços da pasta disponíveis ao cidadão. O Portal das OSCs centraliza informações de interesse das organizações e a Escola Federativa agrega conteúdos gratuitos para a capacitação de servidores e agentes políticos municipais — ambos são lançamentos da Segov.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/governo-federal-lanca-agenda-brasil-para-todos-nesta-segunda-feira-21>

Risco alto de inundações expõe consequências da crise climática

De acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), as catástrofes relacionadas a inundações aumentaram 134% desde os anos 2000. Recentemente, as tempestades Ana e Malik atingiram o Sudeste Africano e a Europa Ocidental deixando milhares de pessoas em necessidade de ajuda humanitária. Para mitigar os efeitos das inundações, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apoia iniciativas como o portal Flood and Drought, site que reúne dados de satélite e armazenamento em nuvem para melhorar a preparação, gestão e resposta diante de inundações urbanas, enchentes de bacias hidrográficas, secas e proteção costeira.

<https://brasil.un.org/pt-br/172146-risco-alto-de-inundacoes-expoe-consequencias-da-crise-climatica>

ONU lança diretrizes para combate regional ao crime organizado, drogas e corrupção

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) lançou novas diretrizes para o combate ao crime organizado, drogas e corrupção na América Latina e Caribe. O documento “Visão Estratégica para a América Latina e o Caribe 2022-2025” foi divulgado no dia 7 de fevereiro em Bogotá, pela diretora executiva da Organização, Ghada Waly.

<https://brasil.un.org/pt-br/171825-onu-lanca-diretrizes-para-combate-regional-ao-crime-organizado-drogas-e-corrupcao>

Chefe da ONU para Migração diz que pandemia evidenciou contribuição dos migrantes

O chefe da Organização Internacional para Migrações, OIM, António Vitorino, afirmou que mais de três anos após a adoção de um pacto global sobre migração, existem sucessos a celebrar, mas também muitos desafios agravados pela pandemia. Vitorino esteve, na sede da ONU, em Nova Iorque, para participar de um encontro com os países-membros sobre a realização do Primeiro Fórum de Revisão sobre Migração, que ocorrerá em maio.

<https://news.un.org/pt/story/2022/02/1779952>

Governo Federal apresenta Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo para gestores estaduais

Uma estratégia para sistematizar a política pública de combate ao trabalho análogo à escravidão. Assim pode ser resumido o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo. Criado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e regulamentado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o instrumento já foi apresentado para 15 unidades federativas de todas as regiões do país até esta quinta-feira (10).

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/governo-federal-apresenta-fluxo-nacional-de-atendimento-as-vitimas-de-trabalho-escravo-para-gestores-estaduais>

Torcida do Brasil de Pelotas expulsa homem por exibir tatuagens com símbolos nazistas

Um torcedor do Brasil de Pelotas foi expulso da partida contra o Novo Hamburgo, que aconteceu neste domingo, pelo Campeonato Gaúcho, por ter em seu corpo tatuadas imagens que remetem ao nazismo: uma Cruz de Ferro e os dizeres “Mein Kampf”, título em alemão do livro “Minha Luta”, de Adolf Hitler. Imagens do homem durante o jogo no estádio Bento Freitas, em Pelotas, circularam na tarde desta segunda-feira nas redes sociais.

<https://www.geledes.org.br/torcida-do-brasil-de-pelotas-expulsa-homem-por-exibir-tatuagens-com-simbolos-nazistas/>

Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial

Sejusp publica resolução sobre o trabalho voluntário de custodiados em todo o Estado

Documento regulamenta o uso da mão de obras de custodiados por órgãos da administração pública, sejam estaduais e/ou municipais; detentos preencherão termo de adesão ao programa. Foi publicada nesta sexta-feira (9/2) a Resolução nº 57 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) que institui o programa de serviço voluntário para os detentos que estão sob custódia do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG). O objetivo da iniciativa é facilitar a oferta da mão de obra de custodiados para instituições públicas, auxiliando, ainda, no processo de ressocialização dos indivíduos privados de liberdade. As parcerias com as prefeituras já acontecem no âmbito do sistema prisional, mas a resolução facilitará as tratativas e dará aos prefeitos, por exemplo, mais clareza e celeridade no uso de mão de obra prisional.

<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4137-sejusp-publica-resolucao-que-implementa-o-trabalho-voluntario-de-custodiados-em-todo-o-estado>

Edital seleciona entidades para apoiar na prevenção à violência letal contra crianças e adolescentes

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) está selecionando entidades para realizar diagnósticos, fornecer subsídios e prestar assessoria técnica para a implantação de comitês estaduais voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência letal contra crianças, adolescentes e jovens. O edital segue aberto para receber propostas até 25 de março, às 15h, e é uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/edital-seleciona-entidades-para-apoiar-na-prevencao-a-violencia-letal-contra-criancas-e-adolescentes>

Sejusp inaugura Casa de Custódia exclusiva para policiais penais e agentes socioeducativos

Unidade exclusiva para acautelar servidores dos sistemas prisional e socioeducativo é inaugurada em Matozinhos, município distante 48 km da capital. Foi inaugurada nesta terça-feira, 15/2, a primeira Casa de Custódia exclusiva para policiais penais e agentes de segurança socioeducativo de Minas Gerais. O novo local será administrado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por meio do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) e da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase). A unidade prisional tem 90 vagas e irá acautelar policiais penais e agentes de segurança socioeducativo que aguardam julgamento ou cumprem pena.
<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4139-sejusp-inaugura-casa-de-custodia-exclusiva-para-policiais-penais-e-agentes-socioeducativos>

Todos os presos da unidade José Maria Alkimin serão atendidos em semana de grande mutirão jurídico

Vinte profissionais, dez analistas técnico-jurídicos e dez defensores públicos, participam do trabalho de verificação do andamento processual e do cumprimento de pena Teve início nessa segunda-feira (14/2) um grande mutirão de atendimento jurídico na Penitenciária José Maria Alkimin, a mais antiga de Minas Gerais, situada em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O meticuloso trabalho de verificar a situação processual e o cumprimento de pena da população prisional continua até a próxima sexta-feira (18/2), das 9h às 17h, por dez analistas técnico-jurídicos (ATJs) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), e dez defensores públicos.
<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4138-todos-os-presos-da-unidade-jose-maria-alkimin-serao-atendidos-em-semana-de-grande-mutirao-juridico>

Fantástico | Armas Compradas Legalmente Vão Parar Nas Mãos de Criminosos, Aponta Levantamento

Pesquisa feita em 24 mil boletins de ocorrência de São Paulo, em um período de dez anos, mostra que incentivos do governo federal e falhas de fiscalização tornam ainda mais fácil o acesso a arsenais. Pesquisadores do Instituto Sou da Paz mergulharam no universo de armas desviadas e apreendidas no estado de São Paulo. Eles analisaram quase 24 mil ocorrências policiais entre os anos de 2011 e 2020 e descobriram uma relação surpreendente entre os modelos mais roubados, furtados e extraviados e os tipos de armas encontrados nas mãos dos criminosos.
<https://soudapaz.org/noticias/fantastico-armas-compradas-legalmente-vao-parar-nas-maos-de-criminosos-aponta-levantamento/>

Igualdade Racial e de Gênero

Artigo: O Racismo no Apagão de Dados Sobre Violência Policial

Uma das maiores barreiras para quem tenta entender o racismo no Brasil é a ausência de dados sobre o perfil racial das populações estudadas. Muitas vezes, o registro da cor/raça de alunos, pacientes e beneficiários de programas sociais apresenta falhas. O Brasil é um país que discute e enfrenta o problema do racismo a contragosto.
<https://cesecseguranca.com.br/artigo/o-racismo-no-apagao-de-dados-sobre-violencia-policial/>

APRO e ONU Mulheres juntas na Aliança Sem Estereótipos no Brasil

A Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (APRO) assinou carta de adesão à Aliança Sem Estereótipos no Brasil. Lançada em 2017, a iniciativa da ONU Mulheres tem o objetivo de promover a igualdade de gênero na publicidade ao eliminar a reprodução de estereótipos por meio de reflexões e ações conjuntas com os principais agentes do setor publicitário. Neste momento, a Aliança Sem Estereótipos busca expandir-se para toda a cadeia produtiva da indústria criativa, inclusive o mercado audiovisual.
<https://brasil.un.org/pt-br/172478-apro-e-onu-mulheres-juntas-na-alianca-sem-estereotipos-no-brasil>

Mais seis municípios aderem ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Senador Canedo (GO), São Gonçalo do Abaeté (MG), São Vicente Férrer (MA), Cajapió (MA), Bacurituba (MA) e Peritoró (MA) são os novos integrantes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). As adesões, que garantem acesso prioritário a políticas públicas do Governo Federal, foram publicadas nesta semana no Diário Oficial da União (DOU). O instrumento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) conta agora com 162 municípios, 24 estados e o Distrito Federal.
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/mais-seis-municipios-aderem-ao-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>

Cidadãos transgêneros e travestis podem usar o nome social no título de eleitor; veja como solicitar

Cidadãos trans e travestis podem usar o nome social no título de eleitor. Quem já tem o o documento e quer fazer a alteração antes das eleições deste ano pode preencher o requerimento no Título Net, no site do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), até dia 4 de maio.
https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/02/17/cidadaos-transgeneros-e-travestis-podem-usar-o-nome-social-no-titulo-de-eleitor.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias

Universidades reservaram apenas 3,18% de vagas a negros para docentes

Dados apresentados, nesta quarta-feira (16/2), durante o quarto webinar do ciclo de debates sobre ações afirmativas no serviço público, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicou problemas na aplicação do sistema de cotas em concursos para docentes em universidades federais, devido à falta de regulamentação para a reserva de vagas a candidatos negros. Segundo o levantamento, que analisou 2.391 editais, entre 2014 e 2017, apenas 374 destas vagas foram reservadas a candidatos negros para o cargo de docente. O número representa apenas 3,18% das vagas. Porém, a Lei nº 12.990/14 estabelece percentual mínimo de 20% das vagas destinadas aos candidatos autodeclarados negros.

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38963&catid=3&Itemid=3

Pesquisa Mostra que Negros São a Maioria dos Abordados Pela Polícia

“Elemento Suspeito”, levantamento coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), revela que 63% das pessoas abordadas por policiais na cidade do Rio são negras. RIO — Uma pesquisa que será lançada nesta terça-feira mostra a raiz de casos como o do entregador Yago Corrêa de Souza, de 21 anos, preso injustamente semana passada após comprar pão na Favela do Jacarezinho: o racismo na abordagem policial. De acordo com o levantamento Elemento Suspeito, coordenado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), 63% das pessoas abordadas por policiais na cidade do Rio são negras. A primeira edição desse trabalho foi feita em 2003. Mas, quase 20 anos depois, houve pouca mudança.

<https://cesecseguranca.com.br/reportagens/pesquisa-mostra-que-negros-sao-a-maioria-dos-abordados-pela-policia/>

Kuwait: Derrubada da lei que criminalizava pessoas trans é um avanço para os Direitos Humanos

Nesta quarta-feira, 16 de fevereiro, o Tribunal Constitucional do Kuwait declarou inconstitucional a lei que criminaliza a “imitação do sexo oposto” no país por violar o artigo 30 da constituição que garante a liberdade pessoal. Respondendo à decisão, Lynn Maalouf, Vice-Diretor da Anistia Internacional Oriente Médio e Norte da África, declarou: “A decisão do Tribunal Constitucional do Kuwait de derrubar o artigo 198 do Código Penal é um desenvolvimento bem-vindo e um grande avanço para os direitos dos transgêneros na região. O Artigo 198 era profundamente discriminatório, excessivamente vago e nunca deveria ter sido aceito em lei em primeiro lugar.” afirmou Maalouf. “As autoridades do Kuwait devem agora garantir que o Artigo 198 seja revogado em sua totalidade. Eles também devem interromper imediatamente as prisões arbitrárias de pessoas transgênero e retirar todas as acusações e condenações feitas contra eles sob essa lei transfóbica.” prosseguiu.

<https://anistia.org.br/informe/kuwait-derrubada-da-lei-que-criminalizava-pessoas-trans-e-um-avanco-para-os-direitos-humanos/>

Apoio Comunitário

Jovem que participou de oficina do Fica Vivo! realiza o sonho de ter sua própria barbearia

Oficinas do programa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública capacitam adolescentes e promovem a redução de crimes.

<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/4136-jovem-que-participou-de-oficina-do-fica-vivo-realiza-o-sonho-de-ter-sua-propria-barbearia>

Prefeituras já podem assinar documento para liberação dos recursos do Recupera Minas a atingidos pelas chuvas

Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública com população desabrigada ou desalojada em decorrência das chuvas que castigaram o estado nos últimos meses já podem assinar os Termos de Aceite para receber os recursos do plano Recupera Minas.

<https://social.mg.gov.br/noticias-artigos/1669-prefeituras-ja-podem-assinar-documento-para-liberacao-dos-recursos-do-recupera-minas-a-atingidos-pelas-chuvas>

